

## **Karl Marx e Alexis de Tocqueville: interpretações sobre a Revolução de 1848**

*Karl Marx and Alexis de Tocqueville: interpretations of the 1848 Revolution*

**Leonardo Rauta Martins**

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-4595-0822>

**Resumo:** Nesse artigo, nosso objetivo é discutir as interpretações que dois clássicos do pensamento social, Karl Marx e Alexis Tocqueville, formularam acerca dos processos sociais ocorridos entre o período imediatamente anterior à República de 1848 até o golpe de Luís Bonaparte, em 1850. Trata-se de uma discussão bibliográfica alicerçada nos textos: *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx; e *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*, de Tocqueville. A leitura conjunta desses autores, contemporâneos aos fatos analisados, auxilia a preencher lacunas em relação ao conhecimento acumulado sobre a Revolução Francesa. Apesar das diferenças teórico-metodológicas existentes entre seus autores, suas análises sobre a Revolução de 1848 são em muitos aspectos complementares. A leitura de Marx agrega ao trabalho de Tocqueville informações acerca da situação econômica da França nesse período. A leitura de Tocqueville enriquece a análise marxiana, ao fornecer elementos para se pensar os interesses particulares daqueles se encontravam na estrutura do poder.

Palavras-chave: Revolução de 1848; revolução francesa; Alexis de Tocqueville; Karl Marx.

**Abstract:** *In this article, our objective is to discuss the interpretations formulated by Karl Marx and Alexis Tocqueville, classic authors of social theory, about the social processes that occurred between the period immediately before the Republic of 1848 until the coup of Louis Bonaparte, in 1850. It is a bibliographical discussion based on *The Class Struggles in France from 1848 to 1850* and *The Eighteenth Brumaire by Louis Napoleon*, by Marx; and *Recollections: French Revolution of 1848*, by Tocqueville. The joint reading of these authors, contemporary to the analyzed facts, contributes to filling gaps in the accumulated knowledge about the French Revolution. Despite the theoretical and methodological differences between the authors, their analyzes of the 1848 Revolution are in many ways complementary. Marx's reading adds to Tocqueville's work information about France's economic situation in that period. Tocqueville's reading enriches the Marxian analysis by addressing particular interests of those who were in the power.*

Keywords: *Revolution of 1848; French Revolution; Alexis de Tocqueville; Karl Marx.*

## Introdução

A Revolução francesa, iniciada no último quartel do século XVIII, é apontada por diversos autores como o epicentro de profundas alterações políticas e sociais que tiveram lugar na Europa desse período. Tais processos, por sua potência, influíram na forma como se estruturaram, posteriormente, as sociedades modernas em todo o globo. Por conseguinte, mais do que uma herança comum das atuais democracias, a Revolução, bem como as questões postas por esta, ensejou a construção de um novo tipo de sociedade. Trata-se, desse modo, de um novo paradigma civilizacional engendrado a partir de poderosas mobilizações sociais que tiveram como protagonistas centrais a burguesia e o proletariado.

Para Hobsbawm (1996, p. 2), o período que compreende os anos de 1789 a 1848 (denominado por ele, *Era das revoluções*) “constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado”. Conforme argumenta o autor,

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da "indústria" como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade "burguesa" liberal; não da "economia moderna" ou do "Estado moderno", mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo (Idem).

Desde o início da Revolução Francesa, em 1789, diversos regimes políticos se sucederam no poder: Monarquia, República e Império. Essas são formas de governo que expressam e demarcam, cada qual, um estágio específico da Revolução. Estes regimes se alicerçaram em conjunturas econômicas e políticas particulares, onde confluíram uma série de atores movidos por interesses quase sempre antagônicos.

Nesse artigo, nosso objetivo é discutir as interpretações que dois clássicos do pensamento social, Marx e Tocqueville, formularam acerca dos processos sociais ocorridos entre o período imediatamente anterior à República de 1848 até o golpe de Luís Bonaparte, em 31 de março de 1850. Apesar desses autores serem, em numerosos aspectos, irreconciliáveis, seus textos se complementam ao preencherem certas lacunas em relação ao conhecimento acumulado sobre a Revolução Francesa. A leitura de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, agrega ao trabalho de Tocqueville uma análise pormenorizada acerca da situação econômica da França nesse período. Do mesmo modo, *Lembranças de 1848*, de Tocqueville, enriquece a análise marxiana ao fornecer elementos para pensarmos o caráter daqueles que se encontravam na estrutura do poder, em especial, os seus interesses e motivações para agir.

O nascimento da República de 1848 exigiu a reabilitação da sua imagem junto aos franceses, uma vez que, a partir do período do Diretório (1795-1800), este regime passou a ser visto como sinônimo de carnificina e de perseguição, tendo como associação imagética imediata a guilhotina (AGULHON, 1991, p. 11). Ainda segundo este autor, dois elementos atuaram no sentido de reabilitar tal imagem: a presença de antigos combatentes da I República, pulverizados em várias localidades e com alguma influência na política municipal, e a difusão de obras de historiadores e literatos como Jules Michelet, Louis Blanc e Lamartine (Idem).

A alternância dos regimes políticos na França desse período, conforme sinalizamos, é uma característica da dinâmica do processo revolucionário. De início há uma ruptura, que demarca o esgotamento de determinada forma política, seguida de imediata instalação de um governo provisório. Este, por sua vez, convoca as forças sociais para compor uma constituinte, resultando em uma nova Constituição.

A República de 1848 não foi exceção à regra. A precedente queda da monarquia de Luís Filipe se insere numa conjuntura em que se somam fatores políticos e econômicos. A derrocada desse monarca suscitou esperanças patrióticas e liberais, com componente fortemente social. Para Agulhon (1991, p. 15), a Revolução de 1848 “[...] não pretendeu corrigir apenas o funcionamento da máquina política, mas também o da sociedade humana”. Inspirados por um conjunto de ideias tidas como “socialistas”, os revoltosos almejavam colocar em marcha uma obra de engenharia social capaz de elevar a sociedade francesa a outro patamar civilizacional, no sentido de garantir a efetivação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, gêneses do processo revolucionário.

A escolha da República como forma de governo associa-se a um desgaste da monarquia de Luís Felipe, num contexto de declínio das dinastias elegíveis à sucessão, em torno das quais gravitam as principais forças políticas do período. Uma das três dinastias existentes no período, os Bourbon, encontravam-se associados à contrarrevolução, ao antiliberalismo e ao clero, portanto, não arregimentavam muitos adeptos. Somava-se a isso, o fato de seu representante ser um príncipe ainda jovem, educado em corte estrangeira, logo, sob a orientação de princípios considerados arcaicos (AGULHON, 1991). Já os Bonaparte portavam certa vantagem, uma vez que o Império remetia à bandeira tricolor, à glória e ao patriotismo. Entretanto, a casa dos Napoleão sempre fora vista com reservas por aqueles que prezavam a liberdade. Agrega-se a isso a figura insignificante e espúria do sobrinho e herdeiro de Napoleão, o príncipe Luís (Idem). Na casa dos Orléans o rei, já em idade avançada, estava com sua capacidade política em declínio; e as condições de seu herdeiro, ainda criança, abriam a possibilidade de uma regência. Soma-se a isso o desgaste e a corrupção no poder e o crescente autoritarismo e conservadorismo que seu governo impingia naquela dada conjuntura (Idem).

No plano econômico, a introdução de novas tecnologias por parte da grande indústria, associada a inexistência de um controle do Estado sobre o processo de exploração do trabalho, levou os trabalhadores a situações extremas de pobreza e exclusão social. Formou-se assim o contexto da revolta de amplas parcelas da população das cidades, confrontadas com o despotismo, o luxo e a opulência de segmentos mais abastados da sociedade. Situações essas imortalizadas nos romances de Balzac, Dickens e Vitor Hugo.

A condição de penúria não se restringia aos trabalhadores urbanos, esta situação se espraiava para o campo, atingindo inclusive os camponeses proprietários de pequenas parcelas de terras, que compunham cerca de 2/3 da população francesa à época (AGULHON, 1991). Por meio de hipotecas e da usura, a produção dos pequenos agricultores era praticamente alienada. Além disso, o processo natural de fragmentação da propriedade, fruto da divisão entre herdeiros, as disputas em torno dos direitos comunais e as constantes reedições de impostos, notadamente o do vinho e do sal, conjoinadas agravaram em muito a situação econômica de suas unidades produtivas. Ao ponto de Michelet, citado por Agulhon, afirmar “que o camponês, mais que o operário, é o verdadeiro pária social” (1991, p. 18).

Por fim, adicionam-se a esses fatores os escândalos de corrupção que envolviam o governo e que faziam com que houvesse um grande descrédito em relação aos políticos da época. Estes constituem alguns dos elementos que precipitaram a queda da Monarquia de Julho (1830-1848).

### **Marx e a Revolução de 1848**

Karl Marx, ao escrever *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, realiza um esforço de reconstituição da conjuntura econômica e política da França durante a década de 1840. Nesta obra já estão presentes alguns traços elementares da sua teoria social, construída para servir de mecanismo de interpretação do mundo moderno, de elevação da consciência do proletariado e, logo, como ferramenta para a sua emancipação.

Trata-se, neste sentido, de uma escrita politicamente engajada em processos de transformação social, em que o olhar do autor se volta a todo tempo para as contradições presentes em sua época, sintetizadas no antagonismo capital/trabalho e na luta entre as duas classes consideradas por ele fundamentais (burguesia e proletariado). Os fenômenos analisados, em última instância, condicionam-se por elementos da estrutura econômico-política. Se há, em algum momento, no decurso da narrativa, a proeminência de um ou outro ator individual, para Marx, suas ações só são compreensíveis considerando a posição que estes ocupam na estrutura de classes.

Esse texto foi construído a partir de estudos iniciais sobre economia e política da França, além de informações divulgadas pela imprensa da época. Na sua estada em Paris, a

partir de 1844, Marx conviveu com o movimento operário nascente. Além disso, teve participação juntamente com Engels no processo revolucionário de 1848, quando fundou a Nova Gazeta Renana, de duração efêmera. O período analisado por Marx nesta obra se estende de fevereiro de 1848 até a revogação do sufrágio universal em 1850.

De início, Marx trata das forças políticas que se faziam presentes sob a monarquia de Luís Filipe, entre as quais se destacam: a aristocracia financeira, a burguesia industrial e a pequena burguesia. Por *aristocracia financeira*, nesse estágio de seus estudos econômicos, o autor compreende o amálgama de banqueiros, especuladores da bolsa de valores, grandes proprietários de terras e florestas, donos de minas de carvão, ferrovias e grandes empresários. O Estado tinha sua ação orientada aos interesses desses setores. Também se destacava a *burguesia industrial*, muito embora, esta contasse com menor influência na Câmara dos Deputados. Na realidade, sua posição despontava na medida em que se fazia sentir a tirania da aristocracia financeira. A *pequena burguesia*, assim como o *campesinato*, estava alijada do poder político na França.

Os anos finais da Monarquia de Julho (1830-1848) foram marcados pelo crescente endividamento do Estado, fenômeno de interesse central da aristocracia financeira. O déficit público era o objeto de especulação e enriquecimento desta fração da burguesia. A situação era tal, que o Estado, mantido no limiar da bancarrota, ficava refém dos empréstimos tomados junto a estes grupos. Esse quadro econômico em que os recursos do erário eram dragados pela aristocracia financeira gerava, de acordo com Marx, um cenário de estagnação dos demais setores da economia, como o comércio, indústria, agricultura e a navegação, evidenciando uma cisão entre frações da burguesia.

Em Paris, no ano de 1847, surgem sinais do descontentamento entre burguesia industrial e pequena burguesia. Há, por toda cidade, brados de indignação em relação à corrupção, à hegemonia dos judeus na bolsa, entre outras questões que serão tema de diversos cartazes críticos espalhados pela cidade. As campanhas militares internacionais também colaboravam no sentido de manter permanente a excitação das massas. Adita-se a este quadro, dois acontecimentos econômicos mundiais: a doença da batata inglesa, acrescida da quebra de safras de 1845 e 1846, e a crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra. O cenário de fome e a quebra de pequenos negócios tornaram o domínio da aristocracia financeira ainda mais insustentável, levando a burguesia opositora a fazer uma campanha em prol de uma reforma eleitoral que a possibilitasse alcançar maioria na Câmara dos Deputados.

Sem conseguir dar respostas às questões emergentes, e surpreendida pela revolta popular, a Monarquia de Julho cai em fevereiro de 1848. Marx, ao abordar o governo provisório, ressalta sua composição heterogênea, reflexo do compromisso firmado entre as várias classes aglutinadas em torno da derrubada de um inimigo comum (a monarquia),

entretanto, pondera acerca diversidade de interesses que moviam estas classes, colocando-as algumas vezes em polos divergentes.

Se a Proclamação da República fora obra e graça da pressão do proletariado junto ao governo provisório, esta esteve longe de consolidar-se sob o controle destes mesmos trabalhadores. Conforme atesta Marx, “a primeira medida que a República de Fevereiro<sup>i</sup> teve de tomar foi consumir o domínio da burguesia, permitindo que todas as classes proprietárias ingressassem ao lado da aristocracia financeira na esfera do poder político” (2012, p. 34).

A despeito do proletariado ter sido o protagonista da Revolução de 1848, apoiado por parcelas da burguesia, este não conseguiu impor sua hegemonia dentro do futuro governo. O proletariado, inicialmente contemplado com algumas concessões relacionadas à questão do trabalho, perde, com o correr dos dias, cada vez mais espaço. Marx critica a concepção de que trabalhadores pudessem emancipar-se com o apoio da burguesia, e mesmo realizar uma revolução descolada das outras nações, desconsiderando assim a configuração da economia mundial.

Ao assumir como pressuposto que o proletariado industrial, rumo à emancipação, constitui sua capacidade revolucionária e organizativa na sua relação antagônica com o desenvolvimento da burguesia industrial, Marx irá creditar o insucesso da Revolução de Fevereiro ao fato de que a indústria na França ainda não se encontrava em pleno grau de desenvolvimento. Para ele, a despeito de contar com um nível elevado de formação, a indústria não conseguiria exercer sua hegemonia no mercado mundial, ou seja, ainda se encontrava restrita às fronteiras nacionais, ancorada por subsídios do Estado, logo, apenas parcialmente desenvolvida. Para Marx, além de Paris, a França contava com poucos centros industriais, dispersos e isolados, incrustados entre uma maioria de agricultores e pequeno-burgueses.

É neste ponto da análise dos resultados da Revolução de Fevereiro que resta evidente a influência da orientação de sua teoria social.

A luta contra o capital em sua forma moderna e desenvolvida – ou seja, em seu aspecto principal, que é a luta do trabalhador industrial assalariado contra o burguês industrial – constituiu um fato parcial na França; ela tinha menos condições ainda de representar o conteúdo nacional da revolução depois das jornadas de fevereiro, visto que a luta contra os modos secundários de exploração pelo capital, do agricultor contra o agiota e a hipoteca, do pequeno-burguês contra o grande comerciante, o banqueiro e o fabricante, em suma, contra a bancarrota, ainda se apresentava no envoltório da sublevação geral contra a aristocracia financeira. Nada mais fácil de explicar, portanto, do que o fato de o proletariado parisiense ter procurado impor o seu interesse *paralelamente* ao interesse burguês, em vez de legitimá-lo como o interesse revolucionário da própria sociedade; nada mais fácil de explicar do que o fato de ele ter baixado a bandeira *vermelha* diante da *tricolor* (MARX, 2012, p. 37/38).

Lamartine teria se referido ao governo provisório como aquele que suspenderia o terrível mal-entendido existente entre as diferentes classes. Não foi bem isto que se observou após sua instalação, em específico em relação à posição da pequena-burguesia ante os ateliês nacionais, assim como nos episódios de 17 de março – no questionamento da burguesia ao governo provisório e apoio do proletariado a este – e 16 de abril – nos boatos propagados pela burguesia acerca de um suposto complô armado pelo proletariado para destituir o governo provisório e instalar uma república comunista. Na realidade, havia de todos os lados um clima de muita desconfiança próprio da situação política instável da França daquele período, reforçada pela repercussão da revolução em outros países do continente.

O resultado das eleições gerais de 4 de maio demonstrou que a república proclamada em fevereiro pelo proletariado, alicerçada em instituições sociais, já não podia existir. Como indica Marx,

A república proclamada pela Assembleia Nacional, a única república legítima, é a república que não consiste em uma arma revolucionária contra a ordem burguesa, antes representa a reconstituição política desta, a reconsolidação política da sociedade burguesa, em suma: é *a república burguesa* (2012, p. 45).

A burguesia, após utilizar a força do proletariado para derrubar a Monarquia de Julho, voltou-se contra estes trabalhadores, perseguiu seus representantes na Assembleia Nacional e minou as conquistas sociais da Revolução de Fevereiro. As condições em que os trabalhadores foram submetidos não deixou outra alternativa que não se rebelar em 22 de junho. Segundo Marx, este foi o momento em que ficou claro, para os trabalhadores revolucionários, a existência do antagonismo entre as duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Neste sentido, as jornadas foram “a batalha pela preservação ou destruição da ordem burguesa” (2012, p. 46). Menos que uma batalha estratégica, mais um ato de desespero da classe trabalhadora ante a sua situação, a insurreição terminou com o massacre do operariado e a consolidação da hegemonia burguesa sob a forma da República.

A Constituinte apostou na manutenção do sufrágio universal, visto supor a manutenção de seu poder, elegendo para presidente alguém de seu círculo. Os representantes da burguesia só não contavam com o improvável: a eleição de Luís Filipe Bonaparte, consolidada pelo apoio dos agricultores<sup>ii</sup> e das demais classes descontentes com a Constituinte. Desse modo, “o homem mais simplório da França se revestiu do significado mais multifacetado. Justamente por nada ser, ele pôde significar tudo, exceto a si mesmo” (MARX, 2012, p. 60).

Não tardou, o recém empossado Ministério Barrot<sup>iii</sup> deu início às primeiras querelas junto à Constituinte, que decidiu manter-se viva mesmo após ter concluído sua obra, a constituição. Um embate entre legislativo e executivo teve sequência, com destaque para a perda de popularidade de Luís Bonaparte junto aos agricultores a partir do descumprimento

da promessa de apoio a extinção do imposto do sal, previsto pela Constituinte. Tal luta é encarada por Marx como o confronto entre duas frações da burguesia, uma republicana, instalada no legislativo, e outra monarquista, instalada no executivo.

De um lado, a constituinte operava com o seguinte dilema: como retirar os poderes do presidente eleito e convocar uma nova eleição sem colocar em risco a sua própria legitimidade alicerçada sobre as mesmas bases que a do presidente, ou seja, na constituição? Em paralelo, tomava medidas com o intuito de prejudicar e levar a queda do Ministério Barrot. Do outro lado, Napoleão e seu ministério tomavam medidas cada vez mais impopulares na esperança de suscitar uma revolta que seria o pretexto para assumir as rédeas da situação e dissolver a Constituinte. Afora isso, Luís Bonaparte por todas as suas ações conseguiu desagradar a maior parte dos segmentos responsáveis por sua vitória.

Ao destituir o Ministério Barrot, em 01 de novembro de 1848, Luís Bonaparte promove, de acordo com Marx, a entrega do Estado francês aos financistas da bolsa de valores, consolidando a primazia da aristocracia financeira sobre as demais classes, incluso setores da burguesia. As finanças da França passavam por um período conturbado devido ao crescimento das dívidas e do escamoteamento do déficit público. As medidas para ampliar a receita impactaram os segmentos mais vulneráveis por meio da reedição de impostos, a exemplo do imposto do vinho que atingia não somente aos agricultores como a população em geral.

O ódio popular contra o imposto do vinho se explica pelo fato de ele reunir em si todos os elementos detestáveis do sistema fiscal francês. O modo de sua cobrança é detestável, o modo de sua repartição é aristocrático, pois a porcentagem do imposto é a mesma tanto para os vinhos mais comuns quanto para os mais valiosos. Ele aumenta, portanto, geometricamente na mesma proporção em que diminui o patrimônio dos consumidores, ou seja, é um imposto progressivo invertido (MARX, 2012, p. 95).

As eleições para a Assembleia, em março de 1849, mostraram a cisão da sociedade francesa, dividida entre o Partido da Ordem e o Partido Democrático-Socialista. Como se podia prever, o resultado das eleições foi favorável ao Partido da Ordem, representante da burguesia. Neste cenário de polarização, a Montanha, representante da pequena-burguesia, esboça uma reação, pede o *impeachment* de Luís Bonaparte na Assembleia Nacional, acusando-o de ter violado dispositivos constitucionais, em específico, no caso da campanha militar na Itália<sup>iv</sup>. O pedido foi recusado pela Assembleia e a Montanha foi empurrada, por força dos acontecimentos, ao conflito.

Tensionada pelo proletariado, porém, receosa de assumir a dianteira do processo revolucionário, a Montanha lançou no dia 13 de junho “uma Proclamação ao Povo”, denunciando o desrespeito à Constituição por parte da Assembleia e do Presidente e conclamando o povo a se levantar em defesa da constituição. Um protesto pacífico reuniu cerca de 30 mil pessoas, sendo dispersado logo na sequência pelas forças do governo, sem



registros de resistência. Para Marx, junho de 1849 não foi a sombra de junho de 1848: “se 23 de junho de 1848 foi a insurreição do proletariado revolucionário, o dia 13 de junho de 1849 foi a insurreição dos pequeno-burgueses democráticos, sendo cada uma dessas duas insurreições a expressão *clássica mais pura* da classe que a promoveu” (MARX, 2012, p. 83).

Assim, as eleições de março de 1850, desfavoráveis ao Partido da Ordem e ao presidente Napoleão, devem ser entendidas como uma reação de segmentos sociais excluídos da partilha do poder e impactados pelo peso dos impostos e da repressão. Trata-se de uma revolução realizada pelo voto, em que as forças sufocadas na legislatura anterior retornaram à Assembleia por meio do voto popular, o mesmo voto que em anos anteriores havia dado legitimidade aos opressores, elegendo Luís Bonaparte. O cenário se modificara e a reação dessas elites tinha por alvo o direito ao voto. Assim, em 31 de maio, Napoleão em consórcio com o Partido da Ordem pôs fim ao sufrágio universal. Esse dispositivo só se manteve enquanto lhes garantia a vitória.

Para Marx, o fator decisivo para que os trabalhadores não esboçassem resistência a esta medida autárquica seria o contexto de prosperidade comercial e industrial vivido na França neste período, ou seja, a ausência de uma crise (provocada pela incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e a manutenção das relações sociais vigentes) impediu a eclosão de um novo período revolucionário.

### **Tocqueville: a revolução por dentro das instâncias de poder**

O livro *Lembranças de 1848*, escrito por Alexis de Tocqueville, é um conjunto organizado de suas memórias acerca dos eventos que antecederam a queda da Monarquia de Luís Filipe, seguidos da Proclamação da República, das Jornadas de Junho, encerrando-se em sua saída do ministério em outubro de 1849.

Tocqueville é um nobre de origem, crítico mordaz dos hábitos burgueses, para ele uma das causas da degenerescência da monarquia de Luís Filipe. Sua postura aristocrática pode ser constatada em toda a sua narrativa. Da monarquia de Luís Filipe, o autor descreve um cenário em que a burguesia se assenhorara de todos os negócios do Estado, utilizando suas funções/posições em proveito próprio.

Em termos políticos, a monarquia de Luís Filipe (1830-1848) caracterizou-se pelo domínio de uma única classe, a burguesia, e pela exclusão da aristocracia e das camadas populares do seu governo. Os interesses individuais faziam com que todos se esmerassem em estar próximos às posições/opiniões do rei, apequenando o debate público, posição que denota a crença no “bem comum” ou algo semelhante. Em paralelo, vicejavam casos de corrupção que faziam com que a opinião pública desprezasse cada vez mais o grupo social governante.

Tocqueville pensava que os estratos superiores da sociedade (a elite) deveriam conter toda a vida política da nação, sendo perigosa ação das camadas populares sobre a vida política devido não somente a sua suposta inaptidão para com os negócios públicos, mas também pelo seu radicalismo. Reside neste ponto a crítica tecida por este autor ao estado em que se encontrava dividida a França de sua época. Nos estratos superiores, “reinavam a languidez, a impotência, a imobilidade, o tédio”, nas camadas inferiores, “ao contrário, a vida política começava a manifestar-se por sintomas febris e irregulares, que o observador atento podia captar com facilidade” (2011, p. 48).

A aparente calma fazia com que a classe dirigente não percebesse sinais sutis que antecedem convulsões sociais. Tratando em específico do rei, as coisas em seu governo funcionavam dentro de um quadro de normalidade e isso lhe dava uma segurança que se mostraria perigosa. Nas palavras de Tocqueville, o monarca “parecia-se com aquele homem que se recusa a acreditar que sua casa tenha pegado fogo porque está com a chave em seu bolso” (Idem, p. 49).

Já em 1847, Tocqueville alertara seus colegas de Assembleia acerca da real possibilidade de eclosão de num novo período de lutas, desta vez tendo como questão central o questionamento da legitimidade da propriedade privada. Defendia essa hipótese com base na constatação da profusão de diversas teorias no campo socialista, bem como na percepção de que após décadas de revolução esta era a única fronteira (a socialização da riqueza social e o fim da propriedade privada) que ainda não fora transposta.

Tocqueville acreditava que a manutenção de um governo dependia da dignidade daqueles que governam, ou seja, pelo bom exemplo as classes governantes seriam capazes de manter a ordem, salvaguardando as estruturas nas quais estariam assentadas a sociedade. Sendo um crítico da moralidade da monarquia, faz referência a períodos históricos anteriores, apontando razões semelhantes para a queda daqueles governos, muitos deles assentados em pilares mais sólidos que a monarquia de Luís Filipe. Seu discurso inflamado junto a seus pares na assembleia, fruto de preocupações reais, foi acolhido com riso e desdém, à exceção da oposição. Queixoso, este autor afirma que o hábito inveterado que todos os políticos haviam contraído, “de colorir em demais a expressão dos sentimentos e de exagerar sem limites os pensamentos, tinha-os tornado pouco capazes de medir o real e o verdadeiro” (2011, p. 54).

Em dado momento de sua obra, diante dessa conjuntura véspera de insurreição, Tocqueville trata dos banquetes, estratégia utilizada pela oposição para se reunir no contexto de uma proibição tácita ao direito de associação, e sua condução pela esquerda e centro-esquerda, representadas por Barrot e Thiers. Destaca ainda o trabalho de mobilização do interior do país realizado pelo primeiro. A principal razão para Tocqueville não participar dos banquetes era, na realidade, o temor da insurreição das massas e seu possível descontrole.

Conforme confirmou, posteriormente, junto à Duchâtel (membro do ministério de negócios estrangeiros), o próprio governo monárquico apostava num conflito e tomava medidas para contê-lo, esperando num só golpe derrotar os revoltosos e os opositores na câmara. Ledo engano, os ânimos inflamados do rei e da oposição levaram à revolução de fevereiro e a queda do trono. A proibição do último banquete, com a ameaça do uso da força por parte do ministério, foi o episódio que colocou em marcha a revolução.

No dia 23 de fevereiro de 1848 os deputados estavam reunidos na Assembleia e imperava o silêncio como forma de mascarar a agitação das ruas.

[...] Guizot apareceu a porta da sala. Com seu passo mais firme e com seu ar mais altivo, atravessa silenciosamente o corredor e sobe à tribuna, jogando a cabeça para trás, receando parecer que a abaixava; anunciou, em duas palavras, que o rei acabara de chamar monsieur Molé para formar um novo ministério. Jamais vi efeito teatral semelhante (TOCQUEVILLE, 2011, p. 69).

A indignação dos deputados que se seguiu a tal episódio, segundo ele, não procedia apenas das suas opiniões políticas, mais que isso, era reflexo de seus interesses privados, tais como a fortuna de um, o dote e a carreira do filho de outros. Referindo-se a seus colegas, Tocqueville assevera: “a maior parte deles havia ascendido com a ajuda das complacências governamentais, e pode-se dizer, delas tinha vivido, delas ainda vivia e esperava continuar vivendo [...]” (idem). Como expectador privilegiado, comparava “[...] todos esses legisladores a uma matilha de cães da qual se arranca a carne ainda não devorada” (idem, p. 70).

Diferentemente de Marx, que confere sentido teleológico às revoluções e atribui a sua gênese aos interesses antagônicos que se acirram quando o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais entram em choque, sempre anunciadas por uma crise, Tocqueville afirma que

As revoluções nascem espontaneamente de uma doença geral dos espíritos, induzida de repente ao estado de crise por uma circunstância fortuita e que ninguém previu; quanto aos pretensos inventores ou condutores dessas revoluções, nada inventam ou conduzem; seu único mérito é o de aventureiros que descobriram a maior parte das terras desconhecidas: atrever-se a ir sempre em linha reta, para frente, com o vento a favor” (2011, p.73).

Por toda Paris a agitação seguia seu curso, boatos acerca de massacres do governo à população, conflitos entre guardas e revoltosos, construção de barricadas, comércio fechado, estes eram os sinais visíveis de que se queria mais que a queda do ministério.

O rei abdica e foge, e a Assembleia se converte no palco em que as lideranças revolucionárias e o povo, sob o olhar incrédulo daqueles que outrora governavam, instituem o governo provisório. Tocqueville não poupou cores ao descrever, de forma caricata, o procedimento acidental com que o novo governo fora constituído, em meio a balburdia e a desordens revolucionárias. Sua posição monarquista, e seu vínculo com a aristocracia fundiária, nunca estiveram tão claros. Por exemplo, ficou patente na condescendência para

com a Duquesa de Orléans e seu filho e no lamento pelo descompasso de tempo transcorrido entre a proclamação do governo provisório e a possível intervenção de setores da guarda nacional em favor da regência. Na realidade, mais do que uma devoção à monarquia, a posição sustentada por Tocqueville era derivada do pavor que sentia ao vislumbrar a possibilidade de ser governado pelo “populacho” e ser submetido “à baixaza das classes vis” (os trabalhadores).

Tocqueville destaca o caráter popular da revolução e a ausência de paixão rancorosa. A primeira, era visível na onipotência que ela dotou as “classes que trabalham com as mãos, sobre todas as outras”; e a segunda, a “ausência de paixão rancorosa” neste momento em que fora repentinamente convertida em dona do poder absoluto” (2011, p. 113). Diferentemente de outros momentos da revolução, havia neste mostrava um afastamento entre povo e burguesia, este mantinha-se sozinho na posse do poder.

Somente o povo portava armas, guardava os lugares públicos, vigiava, comandava, punia; era extraordinário e terrível ver exclusivamente nas mãos do que nada possuíam toda a imensa cidade cheia de tanta riqueza, ou melhor, toda essa grande nação, pois, graças à centralização, quem reina em Paris comanda a França (Idem, p.114).

Sobre a forma relativamente ordeira que se portaram os revolucionários nos dias seguintes, Tocqueville faz a seguinte análise:

[...] temos passado tantos anos em insurreições que entre nós se formou uma espécie de moralidade particular à desordem e um código especial para os dias de sublevação. Segundo tais leis excepcionais, o homicídio é tolerado, a devastação, permitida, mas o roubo, severamente proibido – o que não impede, diga-se o que for, que se roube muito nesses dias, pois numa sociedade de amotinados não poderia ser uma exceção a todas as outras; no seio de qualquer sociedade sempre se encontram velhacos que em seu egoísmo zombam da moral coletiva e desprezam profundamente seu ponto de honra quando ninguém os vê. O que me tranquiliza, aliás, era pensar que os vencedores haviam sido surpreendidos pelo sucesso, tanto quanto seus adversários pelo revés; suas paixões não haviam tido tempo de acender-se e se exasperar-se na luta; o governo caíra sem ser defendido e sem se defender (Idem, 115).

Entretanto, o transcurso dos dias fez crescer a agitação em torno de ideias aglutinadas ao que Tocqueville denomina de socialismo, no qual consistia o caráter essencial da revolução de fevereiro. Gradativamente, os que sempre estiveram nas franjas do poder passaram a se aproximar do novo amo.

Os grandes proprietários gostavam de recordar que sempre tinham sido inimigos da classe burguesa e favoráveis à classe popular; os padres haviam reencontrado o dogma da igualdade no Evangelho e asseguravam que sempre estivera lá; os burgueses, de sua parte, recordavam com certo orgulho que seus pais haviam sido operários e, quando não podiam reconstituir suas obscurecidas genealogias até chegarem a um operário propriamente dito – que tivesse realizado trabalhos manuais -, tratavam pelo menos de dizer que descendiam de um rústico que

enriquecera por si mesmo. Havia tanto interesse em pôr em evidência o antepassado quanto, algum tempo atrás, houvera em escondê-lo (TOCQUEVILLE, 2011, p. 121).

Tocqueville discorre longamente acerca da corrupção moral e o imobilismo que jazia na cena política anteriormente à revolução; e as questões que eram suscitadas em seu espírito já naquele período. Lembra que, entre as razões que o motivaram ao ingresso na vida pública, estava a perspectiva de lograr nela o mesmo sucesso que obteve com o seu livro *A democracia na América*. Entretanto, logo percebeu a diferença entre a academia e a política.

Mesmo com estas decepções, vislumbrou na revolução a possibilidade de se inserir mais uma vez no jogo da política. Candidatou-se e foi eleito pelo departamento da Mancha, apoiado massivamente pelos agricultores. Neste ponto, as assertivas de Marx se firmam quanto ao apoio do campesinato a candidatos conservadores, tendo como fundo o medo de perder suas pequenas propriedades.

[...]quando souberam que se atacava o princípio da propriedade, compreenderam perfeitamente que se tratava de algo mais que a queda de Luís Filipe. O medo, que de início havia se limitado à alta sociedade, desceu então até o fundo da classe popular, e um terror geral apoderou-se de toda a região. [...] no campo, todos os proprietários – quaisquer que fossem suas origens, seus antecedentes, sua educação, seus bens – haviam se aproximado uns dos outros e pareciam formar um todo; [...] a propriedade criara uma espécie de fraternidade entre todos que a possuíam (TOCQUEVILLE, 2011, p.132).

O resultado das eleições foi contrário ao partido que fez a revolução. Tocqueville atribui o resultado desfavorável a este à inabilidade política, ao adiamento de decisões emergenciais e a não compreensão da conjuntura da época, o que fazia com que se perdesse tempo demasiado com teorias vãs, sem que se atacasse os reais problemas que afligiam as camadas populares. Destaca também o hiato entre a revolução e as eleições gerais, para ele o erro crucial que permitiu às camadas superiores esboçar uma reação organizada e tomar as rédeas da revolução via sufrágio universal. Tocqueville observa que a Assembleia constituinte tinha uma quantidade maior de grandes proprietários do que na época do voto censitário e mais religiosos do que na época da restauração.

Essa situação, numa interpretação marxiana, seria o reflexo da ideologia dominante, associado ao fato do campesinato francês não ter despertado sua consciência revolucionária, obliterada pela ilusão de ter sob sua posse um quinhão de terras. Assim, mesmo que o fruto do seu trabalho se converta na sua quase totalidade ao pagamento de impostos, hipotecas e usuras – enfim, todas formas de exploração advindas do domínio do capital – ainda assim, se veem e agem como proprietários e a eles se aliam acreditando defender seus próprios interesses.

Tocqueville oferece um panorama da cena política do período, em específico a fluidez de caráter dos personagens e a sedução à eloquência que acometia a Assembleia. Esclarece que, no dia 15 de maio, numa tentativa de reconduzir os rumos da política na direção dos

ideais da revolução de fevereiro, populares ocupam a Assembleia. Já há algum tempo imaginava-se que algo semelhante pudesse ocorrer, entretanto, isso não evitou o efeito da surpresa da ação.

Alguns dos que acabam de nos invadir estavam armados, outros pareciam trazer armas escondidas, mas nenhum parecia ter a intenção de nos golpear. Seus olhares eram assustados e malévolos, mais que hostis; em muitos, havia uma espécie de curiosidade grosseira prestes a se satisfazer, que dominava qualquer outro sentimento, pois mesmo nos mais sangrentos de nossos motins encontra-se sempre uma multidão de gente meio velhaca e meio basbaque, que se leva a sério no espetáculo (TOCQUEVILLE, 2011, p. 166).

O mote daqueles que ocupavam as galerias da Assembleia e faziam o cerco ao prédio era a necessidade de apoio à questão polonesa, por parte da Assembleia, e, como já referido, a sua recondução aos caminhos da revolução. Os revoltosos foram expulsos da Assembleia pela guarda nacional e os trabalhos retomados. Nova revolta só se veria nas Jornadas de Junho. Antes disso, ocorreu a festa da concórdia, em 21 de maio, ocasião em que Tocqueville observou sobressaltado a quantidade de homens do povo empunhando armas. Já havia no ar, como observa posteriormente, o clima de guerra civil.

Tocqueville trata as Jornadas de Junho como a maior e mais singular insurreição da história da França, onde durante 4 dias guerrearam cerca de 100 mil soldados, sem que houvesse do lado dos revoltosos uma liderança de destaque, mas nem por isso deixassem de demonstrar uma incontestável experiência e organização militar. Trata-se, segundo o autor, de uma revolução de caráter socialista, que não visava alterar o regime político e sim as estruturas sobre as quais se assentava a sociedade, leia-se, colocar fim à propriedade privada. Nesta insurreição, as teorias socialistas tinham eco junto aos segmentos mais empobrecidos da população, assumindo as mulheres um papel de destaque. “[...] as mulheres trouxeram à luta as paixões da vida doméstica; contavam com a vitória para o bem-estar dos seus maridos e para a educação das suas crianças [...] quando no final tiveram que de render [homens e mulheres], foram as últimas a se decidir (TOCQUEVILLE, 2011, p. 188).

As eleições para a Assembleia em 1849 deram a vitória à Montanha (pequena burguesia). Foram 150 cadeiras conquistadas, derrota tanto para os conservadores quanto para os socialistas. Pesou para este resultado negativo a administração violenta de Faucher, ministro do interior, a intolerância dos conservadores em relação àqueles que haviam ajudado combater a Montanha, o mau resultado na expedição de Roma<sup>v</sup> e, por fim, a segurança e a soberba que a vitória sobre a insurreição de junho havia dado aos vencedores. Garantiram a vitória à Montanha, os agricultores e setores da guarda nacional que lhe entregaram seus votos.

Após a queda de Guizot, Barrot assume o ministério e empreende esforços para sua composição. Nele, Tocqueville torna-se chefe do Ministério dos Negócios Estrangeiros, após

ter vencido Falloux, numa disputa em torno do Ministério da Agricultura, entregue à Lanjuinais (TOCQUEVILLE, 2011, p. 255).

Tocqueville destaca a personalidade Luís Napoleão, o presidente com o qual agora ele se via na obrigação de participar do governo. Desse modo, destaca suas qualidades e defeitos de forma pormenorizada.

[...] humor indulgente e fácil, caráter humano, alma doce e inclusive bastante tenra sem ser delicada, muita segurança nas relações, uma perfeita simplicidade, certa modéstia quanto a sua pessoa, em meio ao orgulho imenso que lhe dava a sua origem, e mais fidelidade à gratidão que os ressentimentos. Capaz de sentir afeto, também conseguia fazer nascer em quem se aproximava dele. [...] Antes de chegar ao poder tivera tempo de reforçar o gosto natural que os príncipes medíocres sempre têm pelos lacaios, graças aos hábitos de 20 anos de conspiração passados entre aventureiros de baixa categoria [...] Ele mesmo através de suas boas maneiras deixava transparecer algo que revelava o aventureiro e príncipe de ocasião. Continuava a comprazer-se em meio à companhia subalterna, quando já não estava obrigado a viver juntamente com ela (TOCQUEVILLE, 2011, p. 259/261).

Na Assembleia, o clima exaltado prenunciava mais uma insurreição, desta vez sob a liderança da Montanha. Comungando de opinião semelhante à de Marx sobre o episódio, sobre a atitude titubeante da Montanha que havia pedido a cassação do presidente por violação da constituição. Tendo ameaçado o recurso às armas, a Montanha vacila. Ou seja, “depois de terem desembainhado metade da espada pareciam querer embainhá-la novamente; mas era tarde demais: o sinal havia sido visto por seus amigos de fora, e agora eles já não dirigiam, eram dirigidos” (Idem, 264/265). Em pouco tempo a rebelião estava sufocada, do início da agitação ao fim transcorreram apenas algumas horas. Junho de 1849, como asseverou Marx, não é a sombra do que foi junho de 1848.

Após as jornadas, duas grandes forças polarizaram o debate na assembleia: os legitimistas e os defensores da monarquia de julho. De acordo com Tocqueville, o partido do presidente contava com não mais que 80 cadeiras. O autor, vislumbrando os riscos que a República corria, derivados não da ação de inimigos externos, mas de forças internas no governo, em especial a pretensão monárquica do presidente, tratou de galgar apoios no intuito de fortalecer a República.

As desconfianças de Tocqueville em relação aos rumos da República, em especial a pretensão monárquica de Luís Napoleão, se mostraram acertadas. Em 02 de dezembro de 1851 ocorre o golpe de Luís Bonaparte. Tocqueville nesta data já não mais integrava o ministério.

## Considerações finais

Os textos de Marx e Tocqueville, expostos, reconstituem o panorama da França revolucionária, as marchas e contramarchas da revolução, vistas sob olhares distintos. De um lado, Marx, analisando os acontecimentos sob o ponto de vista da classe operária e de outro, Tocqueville, reconstituindo os acontecimentos sob o ponto de vista daqueles que estavam no poder.

Se a narrativa marxiana fornece um panorama interessante da economia e política francesa, inserida no contexto mais amplo da Europa, Tocqueville permite-nos descer ao cotidiano da revolução, desde os salões até a agitação das ruas. Sua leitura combinada, permite obter um painel muito variado da revolução desde a queda da monarquia até os momentos próximos ao golpe de estado de Luís Bonaparte.

Os textos, a despeito de tratarem de questões muito particulares, localizadas histórica e geograficamente, não deixam de suscitar reflexões sobre a política atual. Talvez essa seja uma das características das obras bem elaboradas e talvez por isso mesmo sua leitura ao ser proposta nos pareça tão atual, indo além de um conhecimento enciclopédico e erudito.

Por fim, deve-se admitir que muito embora os indivíduos sofram mudanças conforme se confrontam com diferentes situações/experiências, a natureza humana em si, suas paixões, os embates entre as classes, tudo isso apenas ganha novas roupagens, reside - em parte - nisso a atualidade do que demonstra Marx e Tocqueville nos textos analisados.

---

<sup>i</sup> Governo que precede a queda da monarquia de Luís Felipe em fevereiro de 1848.

<sup>ii</sup> O apoio dos camponeses teve uma determinação ideológica de classe. O sobrinho de Napoleão Bonaparte, que fizera a reforma agrária na França, usufruiu esse prestígio: pensavam esses agricultores que o sobrinho daria continuidade à política que favorecesse essa fração de classe de trabalhadores.

<sup>iii</sup> Ministério que assume o poder após eleição de Luís Bonaparte.

<sup>iv</sup> A ingerência francesa na vizinha Itália, ocorrida sem a aprovação da Assembleia Nacional, violava o artigo 5º da Constituição (MARX, 2011).

<sup>v</sup> C.f. nota 10.

## Referências

- AGULHON, M. **1848: O aprendizado da República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções – 1789 a 1848**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARX, K. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.



TOCQUEVILLE, A. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias de Paris**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

**Sobre o autor:**

**Leonardo Rauta Martins** é Doutor em Sociologia (UnB), com estágio sanduíche na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Atua na área de Sociologia, com ênfase em desenvolvimento rural, políticas públicas, juventude, educação e igualdade racial. E.mail rauta.martins@gmail.com